

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.976 - DF (2017/0334715-2)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
IMPETRANTE : EXEMPLUS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVOGADO : VANDILSON ROSA MATOS - DF033653
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO
INTERES. : UNIÃO

DESPACHO

Por meio da Decisão de fls. 192-194, e-STJ, fiz as seguintes determinações:

Isso posto, concedo parcialmente a segurança para determinar à autoridade impetrada a comprovação nos autos, em 10 (dez) dias úteis, da abertura de procedimento administrativo específico a fim de examinar as notas fiscais pendentes do Contrato Administrativo 29/2015, sob pena de multa diária de R\$ 500,00.

Concluída a instrução do processo administrativo, a Administração deve decidir no prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada. A lista de eventuais documentos faltantes ou outros eventuais empecilhos ao reconhecimento da dívida e posterior pagamento deve ser expressamente declinada, com abertura de prazo para sanar o vício.

A União, pela Petição de fls. 219-226, e-STJ, atendeu à primeira parte do *decisum*, informando, conforme determinado, sobre a abertura do procedimento administrativo.

Pelo Despacho de fl. 228, e-STJ, ordenei a intimação da impetrante para que se manifestasse, mas, consoante a certidão de fls. 232, e-STJ, o prazo transcorreu sem pronunciamento em 26 de agosto deste ano.

Manifeste-se a impetrante no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de se caracterizar por nova omissão a ausência de interesse em qualquer outro provimento, com a consequente extinção do processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator